



CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS **NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:**



Avanços socioeconômicos
e ambientais em quase 20
anos de política pública





CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS **NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:**

Avanços socioeconômicos
e ambientais em quase 20
anos de política pública



Ano 2025

Realização



Apoio



Parceria



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Coordenação editorial

Elias Serejo

Jornalista

Pesquisa e análises

João Paulo Mastrangelo

Professor de Economia e Política Florestal,
Universidade Federal do Acre

Mayte Benicio Rizek

Consultoria e pesquisa em socioeconomia e
manejo de recursos naturais, MN Socioflorestal

Rafaela Bergamo

Coordenadora de Projetos e Serviços, Imaflora

Rennan Pantoja

Consultor Técnico Florestal, Imaflora

Tayane Costa Carvalho

Analista Técnica Florestal, Imaflora

Revisão Técnica:

Leonardo Sobral

Diretor de Florestas e Restauração do Imaflora

Renato Rosenberg

Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento

Cristina Galvão

Coordenação-Geral de Gestão de Contratos de
Concessão Florestal

José Humberto Chaves

Coordenação-Geral de Monitoramento e
Auditoria Florestal

Ricardo Coelho de Faria

Coordenação-Geral de Estruturação de Concessões

Projeto Gráfico, diagramação e capa:

Luciano Silva

KATTU Birô design

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às empresas concessionárias consultadas, aos representantes do poder público municipal e aos moradores dos territórios.

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

7 INTRODUÇÃO

**10 CAPÍTULO 1 - PANORAMA DAS CONCESSÕES FLORESTAIS
FEDERAIS NA AMAZÔNIA LEGAL**

12 Onde estão e qual é o escopo atual das concessões florestais federais na Amazônia

13 Princípios fundamentais

15 A arquitetura financeira: de onde vem e para onde vai

18 CAPÍTULO 2 - DIMENSÃO AMBIENTAL

18 Metodologia

19 Resultado geral

21 CAPÍTULO 3 - DIMENSÃO ECONÔMICA

21 Metodologia

22 Produção, valor e participação da madeira

23 Emprego formal e massa salarial

25 PIB, valor adicionado setorial e pobreza

25 Arrecadação fiscal (a engrenagem financeira)

26 O que isso significa para decisão (gestão pública, empresas e investidores)

27 CAPÍTULO 4 - DIMENSÃO SOCIAL

27 Metodologia

28 O que os dados mostram

29 O papel dos repasses e do indicador social no cotidiano das pessoas

33 CAPÍTULO 5 - APRENDIZADOS E DESAFIOS

33 Governança e execução

34 Monitoramento dos indicadores sociais (medir melhor para decidir melhor)

34 Economia real e encadeamentos (do manejo ao desenvolvimento local)

35 Comunicação e legitimidade (mostrar valor, reduzir atrito)

**37 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE AS CONCESSÕES JÁ ENTREGAM
E COMO TRANSFORMAR EVIDÊNCIA EM AÇÃO**



APRESENTAÇÃO

As concessões florestais foram instituídas no Brasil pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) com o objetivo de ser um instrumento para conciliar conservação, uso econômico dos recursos e benefícios sociais nos territórios de influência - um arranjo em que o Estado define regras e salvaguardas e a execução do manejo florestal é feita por empresas selecionadas por licitação, sob técnicas de impacto reduzido e condicionantes socioambientais. É nesse contexto que este estudo se insere, oferecendo uma leitura, baseada em evidências, sobre como tem sido o desempenho das concessões florestais federais na região da Amazônia e o que tem entregado à sociedade quase duas décadas após sua criação.

A necessidade de um trabalho como este decorre do estágio de consolidação do instrumento e da demanda por avaliações que ultrapassem descrições normativas. O estudo combina dados administrativos e técnico-operacionais, informações de auditorias e monitoramentos, entrevistas qualificadas e evidências documentais de aplicação de recursos, adotando triangulação para validação. A abordagem inclui ainda análise geoespacial e modelagem estatística para aferir impactos ambientais e um desenho econométrico de Diferenças em Diferenças (DiD) com base em painel de 772 municípios (2005–2025), comparando os municípios com concessões florestais ativas àqueles onde há Florestas Nacionais elegíveis à conces-



são, conforme o último Plano Plurianual de Outorga Florestal publicado (PPAOF 2024–2027). Em outras palavras, aborda-se “o que mudou, onde e por quê”, com foco na identificação de alguns efeitos causais.

Este e-book traduz os principais achados desse esforço para um público amplo, como profissionais do setor florestal, investidores, formuladores de políticas, acadêmicos, jornalistas e leitores interessados em sustentabilidade e bioeconomia sem renunciar à precisão técnica. Ele é um convite à leitura guiada por evidências, reunindo informações que demonstram como as concessões florestais constituem uma política estratégica para manter a floresta amazônica em pé.

Por fim, registramos que o estudo é resultado de projeto apoiado pelo UK Pact, desenvolvido pelo Imaflora, por meio da Iniciativa de Legalidade Florestal, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro e a Systemiq.



INTRODUÇÃO

Desde 2010, as concessões florestais federais colocaram no mercado ~2,5 milhões de m³ de madeira com rastreabilidade e acumularam R\$ 240,4 milhões em arrecadação pelo poder público. Mais do que volume e receita, esses números mostram uma política pública que internaliza custos de conservação e devolve benefícios ao território via repasses, investimentos sociais e fortalecimento institucional.

A transição para uma bioeconomia de base florestal depende de oferta legal e transparente de madeira nativa, ancorada em manejo florestal de impacto reduzido e salvaguardas socioambientais. No Brasil, ~1,3 milhão de hectares na Amazônia Legal já estão sob concessão florestal federal, distribuídos em 22 Unidades de Manejo Florestal (UMFs), em 08 Florestas Nacionais, operadas por 12 concessionárias - um escopo suficiente para avaliar impactos, identificar gargalos e aprimorar o desenho da ferramenta.

Tabela 1 - Contratos de Concessão Florestal Federal vigentes na Amazônia Legal (mar/2025)

FLONA	UF	Município(s) onde está localizada	Nº de UMFs	Empresas concessionárias (por UMF)
Jamari	RO	Porto Velho; Candeias do Jamari; Cujubim; Itapuã do Oeste	3	UMF I – Madeflona Industrial Madeireira; UMF IV – Madeflona Industrial Madeireira; UMF V – Forest Ark Flona do Jamari
Jacundá	RO	Porto Velho; Candeias do Jamari	2	UMF I – Madeflona Industrial Madeireira; UMF II – Madeflona Industrial Madeireira
Saracá-Taquera	PA	Oriximiná; Faro; Terra Santa	3	UMF IA – Ebata Produtos Florestais; UMF IB – Samise Indústria, Comércio e Exportação; UMF II – Ebata Produtos Florestais
Crepori	PA	Itaituba	2	UMF II – Brasad’oc Timber Comércio de Madeiras; UMF III – Brasad’oc Timber Comércio de Madeiras
Altamira	PA	Altamira	4	UMF I – RRX Agroflorestal; UMF II – RRX Agroflorestal; UMF III – Patauá Florestal; UMF IV – Patauá Florestal
Caxiuanã	PA	Melgaço; Portel	3	UMF I – Benevides Madeiras; UMF II – Benevides Madeiras; UMF III – Cemal Comércio Ecológico de Madeiras
Amapá	AP	Pracuúba, Ferreira Gomes e Amapá	4	UMF I – RRX Timber Export; UMF II – Viviane Miyamura Loch; UMF III – RRX Timber Export; UMF IV – Viviane Miyamura Loch
Humaitá	AM	Humaitá	1	UMF I – Ápice Florestal

Fonte: SFB (2025); Estudo de Impacto das Concessões Florestais (Imaflora/Legalidade Florestal, 2025).

Este material é fruto de um estudo que levantou os impactos das Concessões Florestais Federais na Amazônia. Destacamos os principais achados e os conectamos às perguntas de quem atua no setor: onde estão os ganhos? onde persistem as lacunas? e quais medidas aumentam a escala e a efetividade dessa política pública? Nosso papel aqui é “tirar o que mais importa do relatório técnico” e levá-lo para a ação.

Ao longo dos próximos capítulos, você encontrará: (1) Panorama e governança das concessões florestais: como funcionam, onde estão e como geram benefícios; (2) Metodologia em linguagem simples: do levantamento qualitativo à análise geoespacial e ao DiD que estima impactos causais; (3) Resultados ambientais, sociais e econômicos: o que já mudou, onde e por que, com foco em emprego formal, massa salarial, arrecadação e uso do solo; (4) Desafios e recomendações: o que depende de ajustes institucionais, escala e políticas complementares para acelerar ganhos de desenvolvimento local.

Os resultados demonstram que a política de concessões florestais federais na Amazônia tem cumprido o papel de estruturar uma base produtiva sustentável e formalizada, mas ainda carece de escala e integração para gerar impactos amplos sobre o desenvolvimento regional. A continuidade e ampliação das concessões, aliadas a políticas complementares, são fundamentais para que os benefícios observados em termos de produção, emprego e legalidade se convertam em crescimento inclusivo e prosperidade duradoura para a Amazônia.



CAPÍTULO 1

PANORAMA DAS CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS NA AMAZÔNIA LEGAL



As concessões florestais são um instrumento pelo qual o Estado delega às empresas selecionadas por licitação o direito de realizar atividades de manejo em áreas públicas sob regras e salvaguardas socioambientais, por um período pré-estabelecido em contrato que pode durar até 40 anos. Na prática, isso significa: licenciamento ambiental, monitoramento anual, auditorias independentes, audiências públicas - além de uma arquitetura financeira que vincula parte da arrecadação a fundos e entes subnacionais, garantindo que uma fração do valor gerado retorne ao território em serviços e capacidade institucional.

Como funciona o processo de concessão?

ETAPAS:

1



Planejamento

elaboração e publicação do PPAOF;

2



Estruturação de editais de concessão

realização de estudos técnicos e modelagem econômica e jurídica;

3



Consulta pública

realização das audiências, consultas as populações locais e indígenas, e reuniões técnicas com setores e organizações;

6



Monitoramento

uso de ferramentas informatizadas com visitas de campo para garantir que os compromissos firmados estão sendo cumpridos e atendem aos indicadores de desempenho propostos;

5



Gestão administrativa e financeira do contrato de concessão

cobrança pela produção, manutenção das garantias contratuais e seguros válidos, formalização de termos aditivos;

4



Licitação

processo licitatório até a assinatura do contrato;

7



Repasse de recursos aos estados e municípios

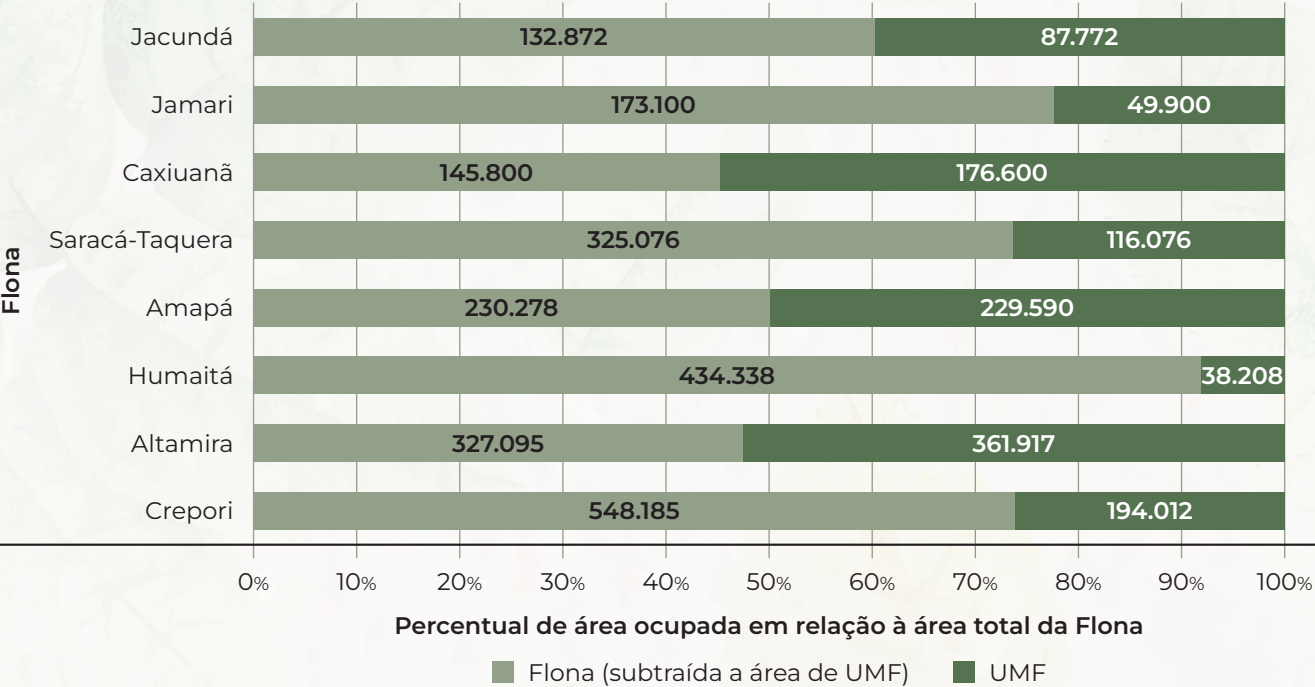
Serviço Florestal Brasileiro distribui os recursos arrecadados pela produção florestal à união (Serviço Florestal, ICMBio, IBAMA e Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal), estados e municípios onde estão localizadas as concessões.

Onde estão e qual é o escopo atual das concessões florestais federais na Amazônia

Há quase duas décadas, as concessões florestais federais estão em consolidação e com um escopo suficiente para permitir análises de desempenho e impactos em diferentes dimensões (ambiental, social, econômica).

Em 2025, cerca de 1,3 milhão de hectares da Amazônia Legal estão sob concessão florestal federal, com 22 Unidades de Manejo Florestal (UMFs) distribuídas em 08 Florestas Nacionais administradas por 12 concessionárias.

Gráfico 1: Proporção (%) do território da Flona dividida pelas áreas ocupadas pelas UMFs e pelas demais porções da Flona sem considerar as áreas de UMFs.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados geoespaciais do ICMBio e do SFB (2025).

Princípios fundamentais

A governança deste instrumento se apoia em uma legislação detalhada e bem estabelecida, cuja seleção da empresa que terá o direito para realizar as atividades previstas nas concessões florestais é definido por meio de um processo de concorrência, com as responsabilidades e obrigações dos concessionários florestais claramente estabelecidos em contratos.

Alguns dos princípios fundamentais do instrumento das concessões florestais incluem:



Gestão sustentável

A exploração dos recursos florestais deve garantir a proteção do ecossistema e o manejo responsável.



Transparência e equidade

O processo de licitação e a administração dos contratos devem ser transparentes, garantindo a competição justa entre os interessados.



Combate ao desmatamento

O mecanismo de concessão visa coibir a exploração ilegal e o avanço de desmatamento nestas áreas.



Participação social

As comunidades locais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, devem ser consideradas no processo.

Notou-se que têm se fortalecido a formalização do diálogo com comunidades, mitigação de conflitos, fortalecimento do comércio local e parcerias com universidades públicas e entidades. Esse arranjo reduz litigiosidade e aumenta o capital social, fator-chave para perenidade operacional em territórios complexos.



O que mudou na prática

Ampliação do diálogo com comunidades locais, tanto com as concessionárias quanto com os órgãos públicos, aprimoramento de canais de comunicação (rádio, WhatsApp, reuniões/visitas técnicas), mitigação de conflitos operacionais (ex.: manutenção de estradas e rotinas de tráfego) e parcerias com universidades e instituições locais - reduzindo litígios e elevando o capital social no território.

• CASOS QUE ILUSTRAM

Terra Santa (PA)

A prefeitura estruturou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração (SEMMAM) com recurso dos repasses, a partir de planejamento e validação junto ao Conselho de Defesa de Meio Ambiente (CODEMA) — exemplo de repasse de recursos oriundos das concessões + participação social fomentando o papel do poder público local (fiscalização, licenciamento, serviços).

Oriximiná (PA)

Recursos da concessão aplicados em projetos ambientais e aquisição de materiais permanentes, além de aquisição de veículos e lancha- apoiando ações de licenciamento e fiscalização do município.

Itapuã do Oeste (RO)

Projeto de habitação social em madeira (30 unidades) - promovendo o acesso à moradia e impulsionando a cadeia produtiva madeireira.

• POR QUE IMPORTA

Repasse de recursos e investimento social como materialização dos benefícios sociais proporcionados pela política de concessões florestais.

A arquitetura financeira: de onde vem e para onde vai

O valor total da arrecadação da concessão florestal federal pelo poder público foi de R\$ 240,4 milhões (2010–2025) e nota-se uma trajetória ascendente desde 2018, com pico em 2024, com o valor de R\$ 40,5 milhões. O método de arrecadação com base no volume de madeira manejado e o posterior repasse anual ao FNDF, ICMBio e aos entes subnacionais alinham produção, monitoramento e conservação. Os recursos arrecadados nas concessões em Florestas Nacionais da União são divididos em pagamentos de Valor Mínimo Anual (VMA) e pagamentos de Demais Valores (DV) por parte das concessionárias.

Valor Mínimo Anual - VMA

O VMA é um percentual do Valor de Referência do Contrato (VRC), que é uma estimativa do valor da produção anual para a área concedida, bem determinado no edital de licitação. O Valor Mínimo Anual representa a quantidade mínima a ser recolhida anualmente pelo concessionário, mesmo que naquele ano não haja produção. Quando a concessão estiver em Floresta Nacional da União, este valor é destinado ao Serviço Florestal Brasileiro para fortalecimento institucional do órgão e suas operações.

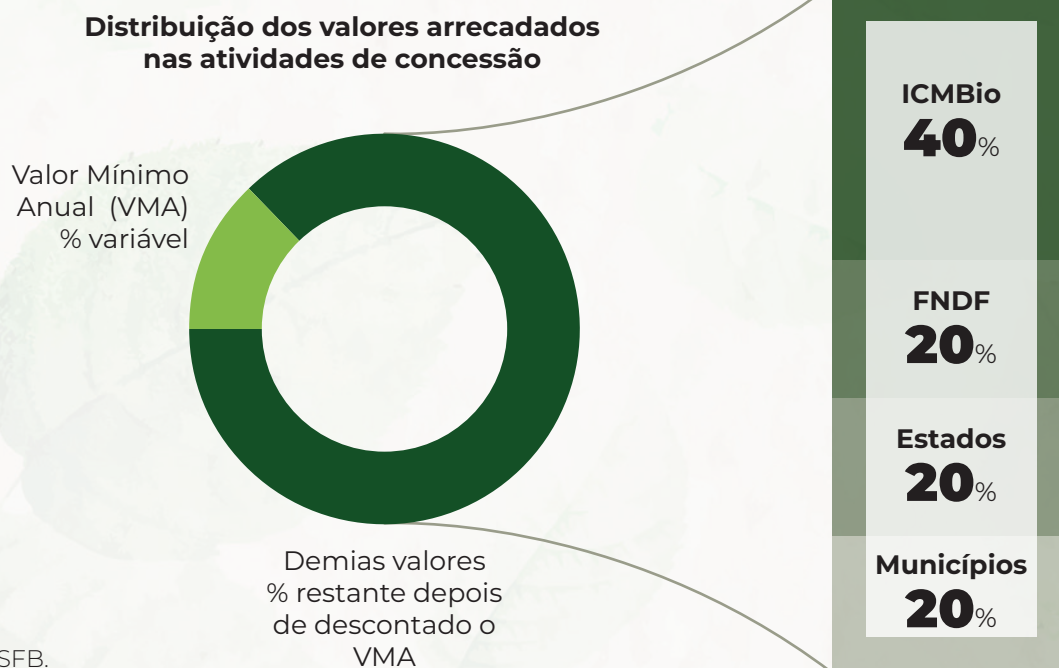
Demais Valores - DV

Todo valor recolhido acima do VMA é destinado à distribuição entre os estados e municípios onde estão localizados os lotes de concessão florestal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse montante pode ser chamado de Demais Valores.



Segundo a Lei Federal nº 11.284/2006, os recursos financeiros vindos dos preços pagos, com exceção do Valor Mínimo Anual (VMA), são distribuídos da seguinte maneira:

Figura 1: Distribuição dos valores arrecadados



Fonte: SFB.

- O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) utilizará os recursos financeiros na gestão das unidades de conservação de uso sustentável;
- O FNDF aplicará os recursos segundo as definições do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR), documento de planejamento do Fundo;
- Os estados e municípios utilizarão os recursos para o apoio e promoção do uso sustentável dos recursos florestais.

Tabela 2: Arrecadação do poder público via concessão florestal federal

Total arrecadado por ano (em R\$)			
Ano	VMA	Demais Valores	TOTAL
2010	580,581.54	0,00 *	580,581.54
2011	745,591.75	248,649.39	994,241.14
2012	990,999.82	931,987.38	1,922,987.20
2013	1,078,931.88	4,263,094.07	5,342,025.95
2014	2,606,052.50	4,734,034.24	7,340,086.74
2015	1,348,791.29	5,383,485.45	6,732,276.74
2016	4,115,238.06	4,634,650.29	8,749,888.35
2017	731,391.04	5,267,635.09	5,999,026.13
2018	6,161,707.19	8,716,969.61	14,878,676.80
2019	6,946,138.94	9,532,700.08	16,478,839.02
2020	10,105,691.53	17,889,181.37	27,994,872.90
2021	9,625,638.23	19,252,043.54	28,877,681.77
2022	11,927,760.19	21,520,482.97	33,448,243.16
2023	12.959.325,02	22.330.722,28	35.290.047,30
2024	12.641.928,31	27.913.374,33	40.555.302,64
2025	2.724.647,62	2.491.988,96	5.216.636,58
Total	85.290.414,91	155.110.999,06	240.401.413,97

**No ano de 2010, não houve produção que excedesse o Valor Mínimo Anual, Atualizado em Fevereiro/2025*

Fonte: SFB/ICMBio; elaboração Imaflora (Legalidade Florestal) com base no Estudo de Impacto.

CAPÍTULO 2

DIMENSÃO AMBIENTAL



As concessões florestais federais na Amazônia Legal operam dentro da categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, nas Florestas Nacionais (Flonas), que permitem a prática do manejo florestal, de acordo com as regras previstas na legislação e sob constante monitoramento. Para entender se esse arranjo ajuda a conter o avanço do desmatamento, este estudo combinou a análise de uma série de dados geoespaciais oficiais, como os limites de Flonas, UMFs, área do entorno, e séries históricas de desmatamento. O desenho buscou responder onde o desmatamento acontece avaliando as Flonas sob concessão - e onde não acontece?

Metodologia

A avaliação de impacto ambiental teve por objetivo compreender a dinâmica de desmatamento nas Flonas com concessão florestal federal e nos seus entornos. A escala de análise foi construída em três camadas complementares para cada Flona: (i) cada UMF de concessão; (ii) o interior da Flona (excluindo as áreas de UMF); e (iii) o entorno, definido por um buffer de 10 km, onde geralmente se concentram pressões antrópicas e cadeias logísticas que podem “vazar” para a Flona. Essa abordagem captura diferenças internas à UC e o “efeito vizinhança” do território imediato.



As fontes de dados foram: shapefiles de Unidades de Conservação do MMA (2025), limites de UMFs fornecidos pelo SFB, PRODES/INPE (1988–2024) para desmatamento acumulado e a Rede SIMEX para exploração madeireira — com séries de 2020–2023 (ou 2007–2023 para as Flonas do Pará). O procedimento incluiu integração, validação e leitura multi-escala, com análise descritiva agregada e, quando necessário, leitura individualizada por Flona para qualificar efeitos de contexto (acessos viários, pressões históricas e cronograma de início de operações).

Resultado geral

As oito Flonas com concessão somam 3.570.818 ha, dos quais 1.254.075 ha abrigam 22 UMFs, ou seja, cerca de 35% desse território está destinado à concessão. A configuração entre as Flonas, contudo, não é homogênea. Essa distribuição importa porque condiciona a exposição relativa de cada Flona às pressões externas. No conjunto, detectou-se que o desmatamento acumulado (1988–2024) ocorreu em apenas 2% do território total das Flonas. E um dado-chave emerge quando se separa por zona: apenas 8% desse total ocorreu dentro das UMFs; 92% se concentraram fora das UMFs (na porção da Flona que não está sob concessão). Em outras palavras: o manejo florestal sob concessão aparece associado a menor incidência de desmatamento dentro das áreas operacionais.

O contraste entre contextos também reforça a leitura: Flonas mais isoladas, como a Flona do Amapá, apresentam baixas taxas de desmatamento e ausência de exploração ilegal; já Jacundá e Jamari (RO), cercadas por fronteiras agropecuárias consolidadas (soja/pecuária), suportam pressões historicamente mais altas. Ainda assim, chama a atenção que 88% e 96% de todo o desmatamento acumulado nessas duas Flonas ocorreram antes de 2009, período anterior às concessões — o que sugere que, mesmo em áreas pressionadas, o regime de manejo e fiscalização ajuda a conter a conversão dentro da UC.

Ao detalhar por UC, o padrão de “concentração da ocorrência fora das UMFs” aparece com nitidez. Na Flona de Altamira, por exemplo, mais da metade da área total é destinada às UMFs; porém, apenas 3% do desmatamento acumulado ocorreu dentro delas (908 ha). Os 97% restantes (32.701 ha) deram-se em porções da Flona que não está sob o regime de concessão, sugerindo que a presença de manejo legal, com planejamento e fiscalização, funciona como barreira ao avanço de frentes ilegais de desmate e exploração. Essa leitura, coerente com a literatura sobre “efeito ordem” em zonas manejadas, ganha relevância adicional quando confrontada com o comportamento do entorno, onde a pressão frequentemente se mantém elevada.

Em síntese, três mensagens ambientais se destacam:

1. **A maior parte do desmatamento dentro das Flonas sob concessão florestal federal na Amazônia não ocorre nas UMFs** - 92% acontece fora das áreas manejadas, mesmo elas ocupando ~35% do território total analisado; isso sugere efeito de contenção associado ao manejo florestal sustentável.
2. **Contexto importa:** isolamento relativo (caso Amapá) e pressão histórica (casos Jacundá/Jamari) explicam diferenças nas taxas; ainda assim, o pico histórico de desmate antecede as concessões em várias UCs, reforçando a função estabilizadora do modelo.
3. **O entorno segue crítico:** buffers de 10 km continuam a concentrar pressão; a política ganha efetividade quando combinada a controle territorial fora da UC e cadeias legais que drenem a demanda por madeira de origem ilícita. (Reforçar com o gráfico “Desmatamento no entorno”, já presente no documento.)



CAPÍTULO 3

DIMENSÃO ECONÔMICA



O que move as análises deste capítulo é a reflexão: as concessões florestais mudam a “forma” da economia local - emprego, renda, base produtiva e arrecadação - ou apenas adicionam mais um fluxo de madeira ao território? As evidências apontam para recomposição estrutural: onde as operações se consolidam, há profissionalização do trabalho, elevação de massa salarial e sinais de diversificação rumo a atividades de transformação e serviços conectados à cadeia florestal. Ao mesmo tempo, PIB e arrecadação fiscal reagem mais lentamente, o que é coerente com o efeito cumulativo e de maturação longa das concessões.

Metodologia

A análise econômica combinou três blocos articulados:

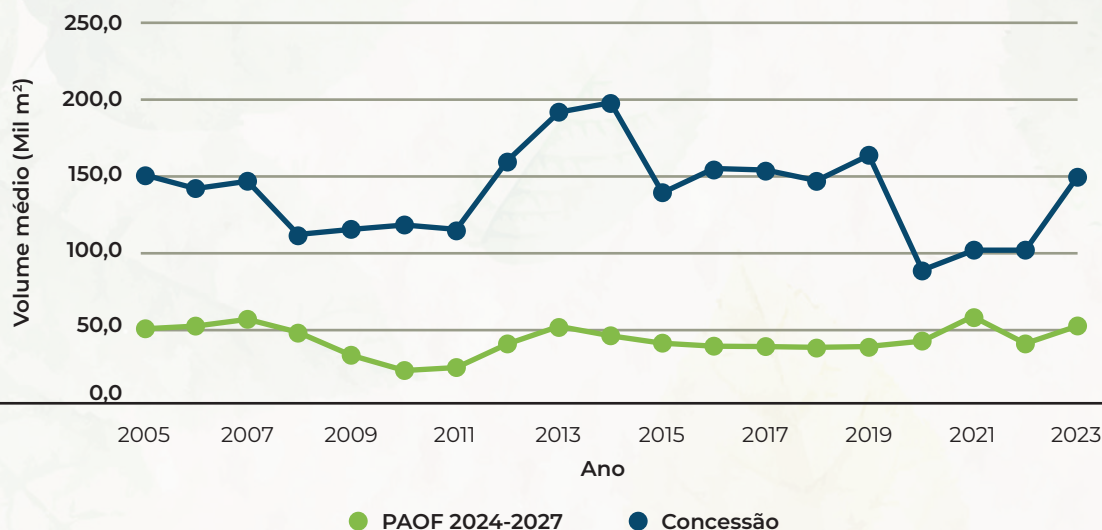
1. **Produção, valor e participação da madeira** na economia municipal (volume, valor da extração e participação no VAB/PIB);
2. **Mercado de trabalho e renda** (emprego formal e massa salarial total e setorial, inclusive CNAEs próximos às concessionárias);
3. **Agregados e finanças públicas** (PIB total e per capita; valor adicionado por setor; pobreza/extrema pobreza; arrecadação municipal e participação dos repasses das concessões nas receitas).

Para estimar impacto, foi utilizado painel de 772 municípios (2005–2025) e modelos de Diferenças em Diferenças (DiD), comparando municípios com concessões ativas a um grupo de contrafactual formado por localidades com Flonas elegíveis à concessão (PPAOF 2024–2027), denominados nas análises como municípios elegíveis. Assim, a leitura vai além da descrição e isola o efeito da política sobre emprego, renda, estrutura produtiva, pobreza e arrecadação.

Produção, valor e participação da madeira

Os municípios com concessões florestais registraram volumes médios de produção madeireira e valores de extração substancialmente superiores aos observados nos municípios elegíveis.

Figura 2. Quantidade de madeira em tora produzida no município.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2023).

O início das operações de manejo, a partir de 2010, marca um salto estrutural na produção e na formalização da cadeia florestal, com destaque para o aumento da madeira destinada à indústria e da participação das concessões no total de madeira originada. Os efeitos médios das concessões sobre a produção e o valor da madeira são altamente positivos e significativos, com crescimento estimado entre 90% e 300% nas variáveis analisadas.

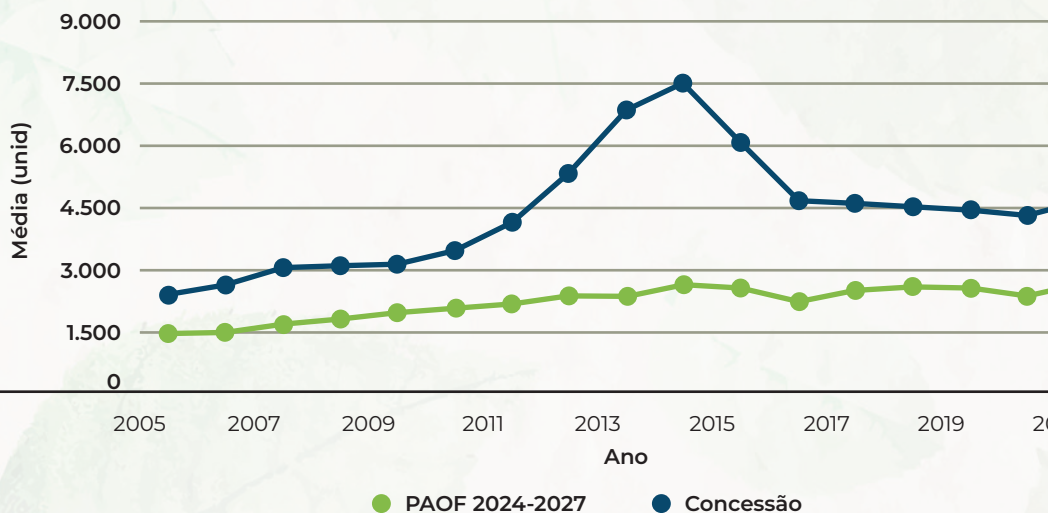
A combinação de oferta legal e rastreável (via concessões) com beneficiamento local é o principal caminho para elevar o valor gerado no território — ou seja, menos exportação de tora, mais transformação. Este é o elo que conecta manejo, indústria e serviços (logística, manutenção, TI, capacitação), gerando encadeamentos que se refletem nos agregados.

Emprego formal e massa salarial

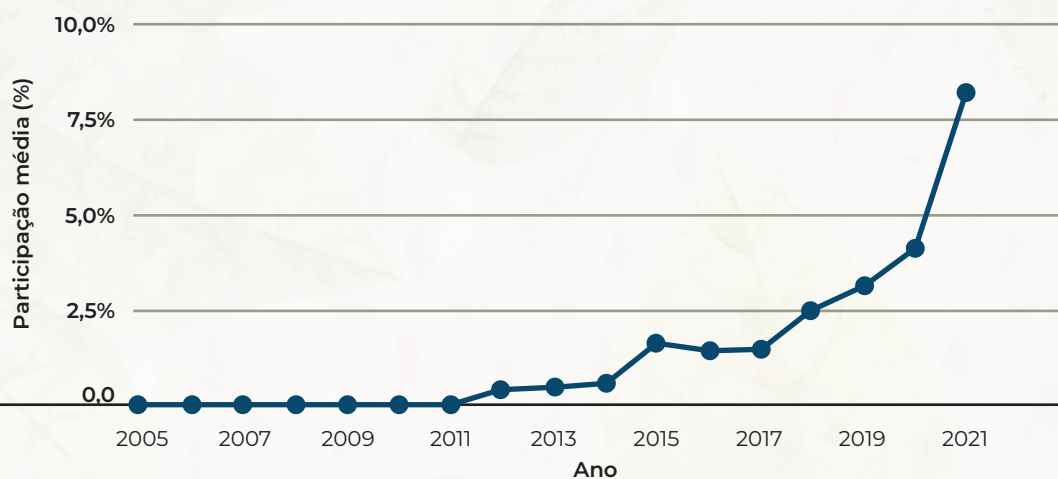
As concessões florestais federais configuram um vetor estruturante de emprego formal em territórios com baixa oferta de trabalho qualificado. Por exemplo, no ano de 2023, as operações concessionadas geraram 1.616 empregos diretos e 3.232 empregos indiretos, ou seja, totalizaram 4.848 ocupações no ano.

Os efeitos mais nítidos aparecem no mercado de trabalho: nos municípios com concessões, os empregos formais associados às concessões já respondem por >7,5% dos vínculos, conforme demonstrado na figura abaixo; após o início das operações, o emprego no setor florestal cresce em média ~62%, acompanhado de ~75% de aumento na massa salarial das empresas do setor. O padrão indica substituição de informalidade por vínculos estáveis e salários em patamar superior, coerentes com a maior qualificação exigida pelas operações.



Figura 3. Empregos formais nos municípios

Fonte: Elaboração própria a partir de dados RAIS (2021).

Figura 4. Participação dos empregos das concessões florestais no total de empregos formais.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados RAIS (2021).

Quando comparamos os municípios com concessões ativas àqueles apenas com áreas previstas no PPAOF, os primeiros apresentam, em média, crescimento de cerca de 65% nos empregos formais e de 27% na massa salarial, evidenciando a capacidade das concessões de dinamizar a economia local e ampliar a qualidade dos postos de trabalho.

PIB, valor adicionado setorial e pobreza

Em relação aos agregados macro, os resultados são comedidos: PIB total e per capita seguem trajetórias estáveis e semelhantes entre tratados e comparação, sem diferenças estatisticamente significativas no período. Por outro lado, há indícios de recomposição setorial: indústria e serviços crescem relativamente mais nos municípios com concessões, sugerindo diversificação e integração da cadeia a atividades terciárias; agropecuária/extrativismo perdem peso relativo, sinalizando transição de um modelo primário para um arranjo mais diversificado. Os indicadores de pobreza/extrema pobreza mantêm redução gradual, mas as estimativas econômicas são neutras ou levemente positivas (aumento) no período - um resultado influenciado pela pandemia de COVID-19, que elevou a vulnerabilidade em toda a região. Em suma: as concessões contribuem para diversificar a economia municipal e fortalecer os setores secundário e terciário, mas seus efeitos sobre o crescimento agregado e a redução da pobreza ainda são graduais.

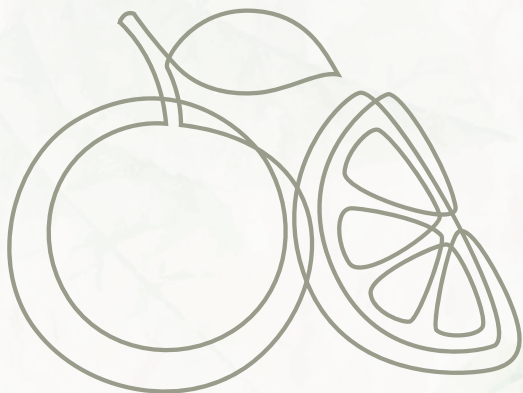
Arrecadação fiscal (a engrenagem financeira)

Do lado fiscal, arrecadação municipal apresenta crescimento contínuo em todos os municípios, mas mais acelerado nas áreas com concessões após 2015. Entretanto, os efeitos estimados permanecem estatisticamente neutros. Isso não invalida o mecanismo: os repasses das concessões (fração <1% das receitas municipais) funcionam como gatilho para fortalecimento

institucional e planejamento público - sobretudo quando há uma equipe técnica dedicada a acessar, executar e prestar contas.

O que isso significa para decisão (gestão pública, empresas e investidores)

1. **Canais de impacto mais fortes no curto/médio prazo:** emprego formal e massa salarial crescem de forma robusta nos municípios com concessão florestal - são os indicadores mais rápidos para comunicar valor e orientar políticas de qualificação e contratações locais.
2. **PIB e arrecadação avançam de maneira gradual** — exigem escala e encadeamentos industriais (beneficiamento, movelaria, biomateriais) para terem um efeito mais significativo.
3. **Diversificação produtiva já é perceptível:** indústria e serviços ganham peso relativo; desenha compras públicas/privadas e financiamento orientados ao beneficiamento local e à logística para acelerar essa transição.



CAPÍTULO 4

DIMENSÃO SOCIAL

As concessões florestais transformam não apenas o uso do território, mas também o mercado de trabalho local, a circulação de renda e a vida cotidiana nas comunidades do entorno. Do ponto de vista social, a pergunta-chave é direta: o regime de manejo florestal em Flonas tem gerado empregos formais melhores, renda mais estável e serviços públicos/infraestruturas que facilitem a vida das pessoas? A resposta, baseada nas evidências do estudo, é que há ganhos consistentes em emprego e renda, externalidades positivas em mobilidade e serviços, e melhorias na governança do diálogo; ao mesmo tempo, persistem desafios estruturais que exigem ação continuada.

Metodologia

A avaliação social combinou três camadas de evidência:

1. **Análise de dados secundários**, provenientes dos Relatórios de Gestão de Florestas Públicas (RGFPs), Auditorias Florestais Independentes (AFIs) e análises dos contratos de concessão florestal federal;
2. **Entrevistas qualitativas estruturadas** com concessionárias e SFB (roteiro validado, 20 temas em três blocos), para mapear impactos, desafios e avanços; e
3. **Análise geoespacial** integrada com a dimensão ambiental (para situar pressões e conectividade territorial).



O que os dados mostram

Os resultados indicam uma injeção significativa de recurso financeiro nos municípios concessionados, traduzidos em investimentos locais estruturantes:

- Do valor total arrecadado pelas concessões florestais federais entre 2010 -2025, R\$ 62 milhões são destinados aos repasses para os estados e municípios beneficiários, com o total de R\$ 44.469.166 já executados.
- Pelo mecanismo do indicador social, R\$ 4,91 milhões foram aplicados nos territórios entre o período de 2015 a 2024.
- Há um incremento na mobilidade: manutenção e melhoria de estradas utilizadas para o escoamento madeireiro. Isso se reflete em benefício à população local ao facilitar deslocamentos cotidianos e o acesso a mercados, escolas e serviços de saúde.
- O aumento de demanda por compras e serviços locais ativa outros setores produtivos e dinamiza a economia em municípios de influência.
- A atuação das concessionárias gera externalidades positivas: manutenção/melhoria de estradas, apoio logístico e ativação de compras e serviços locais; canais de diálogo multiformes (rádio, WhatsApp, reuniões) e presença territorial (escritórios, equipes) fortalecem a governança social e contribuem para mitigar conflitos.

O papel dos repasses e do indicador social no cotidiano das pessoas

O mecanismo de repasses aos estados e municípios beneficiários dos recursos oriundos das concessões florestais federais, por ter uma rotina operacional de guias trimestrais, cria previsibilidade para os investimentos públicos.

Dos R\$ 44.469.166 executados, R\$ 24.869.988,80 foram repassados aos estados e R\$ 19.599.177,81 aos municípios beneficiários, tendo ainda o valor de R\$17,5 milhões a ser executado. Com incentivo à capacitação técnica e governança estruturada, os recursos se traduzem em fortalecimento institucional e em políticas/serviços que importam para a população. Um exemplo de êxito da aplicação deste recurso é, por exemplo em Terra Santa/PA, que conseguiu estruturar a Secretaria Municipal local. Os repasses permitem operacionalizar projetos comunitários e infraestrutura local, com exemplos que vão de habitação social em madeira (Itapuã do Oeste/RO) a projeto de educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, curso de manejo florestal e distribuição de mudas de açaí, cupuaçu, graviola para cultivo na zona rural (Melgaço/PA). Esses investimentos tangibilizam benefícios percebidos e reduzem custos de transação na vida diária.

Tabela 3: Aplicação dos Repasses das Concessões Florestais Federais

Ente	UF	Principais Aplicações/ Investimentos	Categorias (classif. sintética)	Valor (R\$)
Estado do Pará	PA	Inventário; Relatórios ambientais; Centro de treinamento; Veículos; Sistemas IDEFLOR-Bio	Estudos/diagnósticos; Infraestrutura institucional; Equipamentos/veículos; Sistemas/tecnologia	R\$ 18,7 mi
Estado de Rondônia	RO	Diagnósticos socioambientais; Planos de manejo; Cadeia da borracha; Monitoramento de bacias	Estudos/planejamento; Cadeias produtivas; Monitoramento ambiental	R\$ 6,1 mi

Ente	UF	Principais Aplicações/ Investimentos	Categorias (classif. sintética)	Valor (R\$)
Oriximiná	PA	Materiais; Projetos ambientais; Veículos; Sede SEMMA; Base fluvial	Equipamentos/materiais; Projetos ambientais; Veículos; Infraestrutura institucional; Infraestrutura operacional	R\$ 6,2 mi
Terra Santa	PA	SEMMA; Cadeia da castanha; PSA; Kits solares; Projetos comunitários (meliponário, SAFs)	Institucional; Cadeias produtivas; Instrumentos econômicos (PSA); Energia renovável; Projetos comunitários	R\$ 1,6 mi
Faro	PA	SEMMMA; Veículos; Brigada de incêndio; Miniusina da castanha	Institucional; Veículos; Proteção/defesa civil; Processamento produtivo (castanha)	R\$ 3,1 mi
Altamira	PA	Equipamentos tecnológicos; Projeto Mercados e Feiras Sustentáveis	Tecnologia/equipamentos; Promoção comercial/feiras	R\$ 617.582
Itaituba	PA	Estruturação da SEMMA; Fiscalização	Institucional; Fiscalização/monitoramento	R\$ 674.235
Portel	PA	Caminhonete; Cursos de manejo de açaizais; Apoio agrícola; Educação ambiental	Veículos; Capacitação técnica; Apoio produtivo; Educação ambiental	R\$ 2,6 mi
Melgaço	PA	Educação ambiental; Viveiro municipal; Oficinas e equipamentos	Educação ambiental; Produção de mudas; Capacitação; Equipamentos	R\$ 1,5 mi
Itapuã do Oeste	RO	Habitação popular em madeira (30 unidades)	Habitação social; Madeira legal	R\$ 2,2 mi
Porto Velho	RO	Picapes; Barco; Drones; Equipamentos de monitoramento	Veículos; Embarcações; Drones; Monitoramento	R\$ 603.073
Candeias do Jamari	RO	Veículo de monitoramento; GPS; Drone; EPIs	Veículos; Monitoramento; EPIs/Segurança	R\$ 187.421
Cujubim	RO	Aquisição de veículo	Veículos	R\$ 129.801

Fonte: SFB.

Outro elemento social das concessões florestais é o Indicador Social, que se consolidou como mecanismo de redistribuição direta de benefícios ao entorno, com previsão já na proposta técnica da licitação e execução por depósito em conta específica ou aplicação direta com prestação de contas. Entre 2015 e 2024, os depósitos somaram R\$ 6,26 milhões, com R\$ 4,91 milhões aplicados e R\$ 1,34 milhão pendente de execução. As aplicações cobrem infraestrutura comunitária (barracões, auditórios, cozinhas, igrejas e espaços culturais/esportivos), transporte e energia (barcos, lanchas, motores, microssistemas), projeto de kits solares para comunidades tradicionais (Terra Santa/PA), água (poços artesianos), saúde e apoio social (postos, APAE) e projetos produtivos (agricultura, castanha, avicultura), criando capacidade instalada e oportunidades econômicas.

Tabela 4: Aplicação de recurso oriundo do indicador social

Município (UF)	Montante	Foco principal das aplicações
Oriximiná (PA)	R\$ 3,39 mi	Infraestrutura comunitária; transporte (lanchas/barcos/motores); água/energia; saúde e apoio social (postos, casa de apoio); projetos produtivos (frango, casas de farinha).
Faro (PA)	R\$ 0,63 mi	Poços artesianos; microssistemas de água com energia solar.
Itapuã do Oeste (RO)	R\$ 0,70 mi	Infraestrutura comunitária; energia solar; implemen- tos agrícolas/infraestrutura produtiva; apoio à APAE.
Terra Santa (PA)	R\$ 0,16 mi	22 kits de placas solares para comunidades tradicionais.
Cujubim (RO)	R\$ 0,05 mi	Reforma da APAE (estrutura e funcionalidade).

Fonte: SFB.



**Pontos de atenção
(para política pública
e para as empresas)**

Os avanços não eliminam algumas vulnerabilidades estruturais presentes na região, como déficits históricos de serviços públicos e a alta rotatividade do corpo técnico nas secretarias municipais em função, principalmente, de mudanças políticas, dificultando que as equipes consolidem o conhecimento do acesso e execução dos recursos oriundos dos repasses, o que interfere na fluidez deste processo. Tais fatores limitam escala e efetividade — reforçando a necessidade de capacitação continuada, transparência, conselhos atuantes e monitoramento social padronizado.

CAPÍTULO 5

APRENDIZADOS E DESAFIOS

As concessões florestais federais demonstram capacidade de organizar o território, elevar emprego formal e massa salarial e retornar receita ao poder público, conseguindo, na dimensão ambiental, conter o avanço do desmatamento nas áreas manejadas. Para converter esse desempenho em um padrão sistêmico e acelerar ganhos socioeconômicos, propomos algumas recomendações que englobam as esferas de governança e execução, monitoramento dos indicadores sociais, economia real e encadeamentos, e comunicação e legitimidade.

Governança e execução

O desenho atual dos repasses, quando bem governado, converte arrecadação em capacidade pública (proteção, ordenamento, serviços), mas atualmente ainda há uma demanda de fortalecer o entendimento sobre as etapas de acesso e execução ao recurso.

- **Recomendação 1.1 — “Trilhas de capacidade”:** programa curto de formação continuada para secretarias municipais, visando mitigar o impacto da alta rotatividade técnica.



- **Recomendação 1.2 — “Foco territorial”:** apoiar o desenvolvimento de projetos com benefícios diretos às comunidades para ampliar a percepção social e, simultaneamente, aprimorar regras de transparência que fortaleçam o controle social dos recursos.

Monitoramento dos indicadores sociais (medir melhor para decidir melhor)

Aprimorar quais indicadores e metas são fundamentais de serem mais acessíveis ao público geral, bem como desenvolver esta metodologia específica para fortalecer o monitoramento social, com linhas de base comparáveis e trilhas de melhoria seria um aspecto importante (ex.: qualificação profissional, segurança do trabalho, participação de mulheres e jovens).

- **Recomendação 2.1 - “Painéis públicos”:** publicar séries históricas (emprego, massa salarial, arrecadação, aplicações dos Repasses e Indicador Social) em painel digital — a “vitrine” de transparência que reduz controvérsias e acelera aprendizado. (O estudo já sistematiza as bases e resultados.)
- **Recomendação 2.2 - “Acompanhamento social”:** desenvolver protocolos simplificados para conselhos e organizações locais acompanharem a evolução das métricas das concessões.

Economia real e encadeamentos (do manejo ao desenvolvimento local)

As concessões florestais geram empregos mais estáveis, qualificados e com melhor remuneração, contribuindo para a circulação de renda e para a formalização das economias locais. Contribuem ainda para diversificar a economia municipal e fortalecer os setores secundário e terciário,

mas seus efeitos sobre o crescimento agregado e a redução da pobreza ainda são graduais. Com o ganho de escala poderá ter um maior efeito no PIB, entretanto esse potencial é limitado pela falta de garantias e de linhas de crédito adequadas para financiamento.

- **Recomendação 3.1 — “Mão de obra e produtividade”:** qualificação local e acordos com SENAI/IFs/universidades; protocolos de segurança e certificações para reduzir rotatividade e elevar produtividade (evidência de +62% emprego no setor e ~+75% massa salarial após operações).
- **Recomendação 3.2 — “Crédito e garantias”:** linhas de financiamento com garantias ajustadas ao ciclo do manejo (capex inicial alto; giro atrelado ao plano operacional), favorecendo integração vertical leve (extração → primeira transformação) no território.
- **Recomendação 3.3 — “Compras que puxam cadeia”:** acordos de compras públicas/privadas que priorizem madeira legal/concessionada em obras, mobiliário escolar e habitação social — os casos do Indicador Social mostram tração e viabilidade (ex.: habitação social em madeira, kits solares, infraestrutura comunitária).

Comunicação e legitimidade (mostrar valor, reduzir atrito)

Apesar dos avanços, ainda há uma necessidade de aprimorar a comunicação com as comunidades do entorno, abrindo canais permanentes de escuta, com presença territorial visível e parcerias com universidades e instituições locais para qualificar a informação no território.

- **Recomendação 4.1 — “Transparência”:** páginas locais (Município) atualizadas com arrecadação, repasses, aplicações e resultados (obra entregue, serviço ativado, famílias atendidas).



- **Recomendação 4.2 — “Conselhos ativos”:** reforço dos Conselhos e de meios de comunicação comunitários (rádio, WhatsApp, reuniões itinerantes) - a presença territorial mitiga conflitos e acelera solução de problemas.
- **Recomendação 4.3 — “Métricas que importam”:** adotar indicadores de percepção anuais (confiança, utilidade percebida das obras/serviços, qualidade do diálogo) para fechar o ciclo de legitimidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O QUE AS CONCESSÕES JÁ ENTREGAM E COMO TRANSFORMAR EVIDÊNCIA EM AÇÃO

Se tivéssemos de resumir este estudo em uma frase, seria: as concessões florestais organizam o território e profissionalizam a economia local, com sinais de contenção do avanço do desmatamento no interior das áreas manejadas e melhoria nos indicadores sociais nos municípios.

No meio ambiente, a fotografia é consistente: nas oito Flonas analisadas, apenas 2% de sua área foi desmatada (1988–2024), e só 8% desse total ocorreu dentro das UMFs - 92% ficou nas porções sem concessão. Em áreas historicamente pressionadas, como Jacundá e Jamari (RO), 88% e 96% do desmate aconteceram antes de 2009, sugerindo que a combinação manejo + presença + fiscalização ajuda a conter a conversão dentro da UC. O entorno (buffer) segue como fronteira crítica e demanda coordenação com políticas de controle fora das Flonas.

Na dimensão social, o vetor mais nítido é o mercado de trabalho: após o início das operações, o emprego formal no setor florestal cresce, em média, ~62%; a massa salarial nas empresas do setor ~75%; e os empregos diretamente ligados às concessões já somam >7,5% dos vínculos

nas localidades com concessão. Em 2023, foram 1.616 empregos diretos (com multiplicador de 2:1, >4.800 ocupações totais), em geral com melhores padrões de saúde, segurança e compliance. Esses ganhos convivem com desafios clássicos: baixa escolaridade, rotatividade e percepções negativas sobre tráfego e vagas — todas variáveis que pedem capacitação continuada e comunicação transparente.

Na economia, a mensagem é de maturação: o salto aparece rápido em emprego e massa salarial (núcleo da cadeia), enquanto PIB e arrecadação avançam com defasagem — sinal de que os efeitos macro dependem de escala e beneficiamento local. Os repasses funcionam como “alavanca” para fortalecer a gestão pública e viabilizar serviços: do valor total arrecadado pelas concessões florestais federais entre 2010-2025, R\$ 62 milhões são para os estados e municípios beneficiários. Deste montante, o valor efetivamente repassado aos estados foi de R\$ 24.869.988,80 e R\$ 19.599.177,81 aos municípios; onde há plano, equipe e conselho ativos, o dinheiro vira instituição (ex.: R\$ 294.222,94 para estruturar a SEMMAM em Terra Santa/PA).

Em síntese, as mensagens principais que concluímos do estudo:

1. As concessões florestais federais na Amazônia estimulam o aumento da produção formal e redução da madeira ilegal;
2. O número de empregos formais no setor florestal cresceu, em média, 62% nos municípios com áreas sob concessão;
3. O valor arrecadado com as concessões florestais entre 2010 e 2025 totaliza R\$ 240,4 milhões, sendo R\$ 62 milhões destinados aos repasses para os estados e municípios;
4. As concessões florestais desempenham papel importante na redução do desmatamento;
5. Concessões contribuem para diversificar a economia local e fortalecem os setores secundários e terciários;

6. Não foi detectado um grande efeito na arrecadação fiscal municipal, porém há um grande potencial se as concessões escalarem.

É fundamental que a política das concessões florestais ganhe escala para gerar impactos amplos sobre o desenvolvimento regional que se convertam em crescimento inclusivo e prosperidade duradoura para a Amazônia.

Este e-book “traduz” o estudo de impacto para um público amplo, sem perder o rigor técnico. Ao longo dos capítulos, vimos que a política de concessões não é apenas uma forma de produzir madeira legal: é uma estratégia de desenvolvimento territorial que, quando apoiada por execução qualificada, monitoramento transparente e encadeamentos produtivos, eleva a régua da proteção florestal, da renda e da capacidade pública na Amazônia. A agenda daqui em diante é pragmática: escala + execução + comunicação.







Realização



Apoio



Parceria



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

